

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUAÍ

No dia 17 de setembro de 2025, às 16h30, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Aguaí, realizou-se a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, conforme convocação prévia e divulgação da pauta junto aos conselheiros. A lista de presença, contendo a assinatura dos participantes e convidados, encontra-se devidamente anexa a esta ata, para fins de registro e comprovação do quórum.

1. Abertura dos Trabalhos e Verificação de Quórum

No início da sessão, foi apresentada justificativa de ausência das duas secretárias do Conselho, que, por motivos pessoais previamente comunicados, não puderam comparecer à reunião. Após a verificação de presenças e justificativas, constatou-se o número suficiente de conselheiros para o prosseguimento das atividades, sendo então declarada aberta a 21ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Aguaí.

2. Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Anterior

Dando continuidade à pauta, a conselheira Marta Perina procedeu à leitura da ata da 20ª reunião ordinária, realizada no dia 16 de agosto de 2025. Após a leitura integral do documento, os conselheiros presentes manifestaram-se quanto ao conteúdo, não havendo impugnações ou pedidos de retificação, sendo a ata aprovada por unanimidade pelos presentes. Ficou consignado que o registro fiel das discussões e deliberações é de fundamental importância para a transparência e continuidade dos trabalhos do Conselho.

3. Apresentação e Atualização das Emendas Parlamentares

Na sequência, a presidente do Conselho, Makelly Vallim, apresentou atualização detalhada das emendas parlamentares destinadas à área da saúde do município, informando sobre os valores já recebidos, os recursos ainda pendentes de repasse e as aplicações correspondentes. A presidente destacou que tais informações haviam sido previamente indicadas pela segunda secretária, Sabrina Haidamus, e ressaltou a

importância de que em todas as reuniões subsequentes do Conselho seja mantida a prática de apresentar o andamento e a execução das emendas parlamentares, garantindo o acompanhamento contínuo e a fiscalização social sobre a utilização dos recursos públicos.

4. Prévia do Conteúdo para a Audiência Pública de Saúde

Na sequência, a vice-presidente do Conselho, Thais Braga, fez uso da palavra para apresentar-se formalmente como nova coordenadora do setor de Regulação do município. Em seguida, a conselheira conduziu a exposição do item 4 da pauta, referente à prévia do conteúdo da Audiência Pública de Saúde, prevista para ocorrer no dia 30 de setembro de 2025. Foram apresentados os principais tópicos que comporão a audiência, incluindo indicadores de atendimento e evolução dos programas de saúde em curso. A vice-presidente ressaltou a relevância da audiência pública enquanto instrumento de transparência, prestação de contas e participação popular, convidando todos os conselheiros a contribuírem ativamente na divulgação e na mobilização da comunidade para o evento.

5. Informes Gerais

Na sequência, a conselheira Marta Perina compartilhou informações referentes à palestra realizada no Centro de Detenção Provisória (CDP) no próprio dia 17 de setembro de 2025, destacando a importância da ação educativa no âmbito da promoção da saúde e ressocialização. Foram também abertos os informes gerais para manifestações e comunicações dos demais conselheiros, sendo discutidos temas relevantes ao cotidiano da saúde municipal.

Durante esse momento, foram apresentadas manifestações por mais de um conselheiro, acerca da demora nos atendimentos do Pronto Socorro Municipal, bem como observações sobre a falta de eficácia e morosidade na resposta das ouvidorias. As conselheiras Karla Mobiglia, coordenadora do Conderg – Pronto Socorro, e Magda, responsável pela averiguação e resposta das ouvidorias, prestaram esclarecimentos

iniciais, reconhecendo os desafios enfrentados e informando que medidas corretivas estão sendo estudadas e implementadas para aprimorar o fluxo de atendimento e a celeridade nas respostas aos cidadãos. Bem como, elucidaram como cada caso deve ser analisado de forma individualmente, sendo direito do cidadão que se sentiu lesado de alguma forma, recorrer à ouvidoria do município e realizar a reclamação. Há situações em que a morosidade no atendimento decorre de circunstâncias éticas e operacionais, conforme esclarecido pela coordenadora Karla Mobiglia, uma vez que determinados casos exigem maior tempo de resposta devido à priorização de atendimentos emergenciais que, por vezes, ocorrem simultaneamente no Pronto Socorro. Tais situações exemplificam a complexidade da rotina hospitalar, razão pela qual se reforça a importância do papel da Ouvidoria, que deve analisar cada ocorrência individualmente e fornecer a devida justificativa aos cidadãos, sempre pautada nos princípios de transparência, responsabilidade e respeito ao usuário do serviço público de saúde.

Os conselheiros enfatizaram a necessidade de reforçar o planejamento e o monitoramento das demandas, bem como de ampliar a comunicação entre os setores, de modo que as informações sobre reclamações e providências adotadas possam chegar de forma mais clara à população.

6. Encaminhamentos e Deliberações

Ficou ainda registrado que o Conselho reforçará seu papel fiscalizador e deliberativo, buscando sempre zelar pelo bom funcionamento dos serviços de saúde, pela transparência na aplicação dos recursos e pela efetiva melhoria na qualidade do atendimento à população.

7. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos os conselheiros e convidados, destacando o compromisso coletivo com a gestão participativa da saúde pública municipal e a importância da continuidade dos debates de forma propositiva e

colaborativa. Eu, Makelly Vallim Cardoso, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata que será assinada por mim e mais dois membros do conselho.